

## ASSEMBLÉIA GERAL: 04/11 4a. feira - 13:00hs - CB 10

**MOTIVO DA MUDANÇA:** AUDIÊNCIA COM O GOVERNADOR, DIA 29, PARA DISCUSSÃO SOBRE REAJUSTE.

### Com esse salário não dá!

A ADUNICAMP apresenta um estudo da sua Comissão Salarial, visando respaldar as reivindicações que estão colocadas para esta Campanha Salarial. Em seguida, informa todas as providências tomadas (e a se tomar), desde a "equiparação" com os salários das universidades federais.

#### QUAL DEVE SER O ÍNDICE DE REAJUSTE?

No Boletim ADUNICAMP nº 022, de 29/09, foi publicada uma tabela com as datas dos pagamentos devidos e dos efetivamente pagos, em termos nominais e deflacionados. Tal se fez necessário dada a confusão deliberadamente criada pelo governo do Estado no pagamento. Nosso atrasado do 4º gatilho (de junho) está previsto, pelo governo, para ser pago em dezembro.

Considerando que a chamada "equiparação" representou reajuste cerca de 5% superior (para os MS-3/4/5/6) aos gatilhos, usaremos nos cálculos um funcionário público padrão que recebeu apenas os gatilhos neste ano. A base do poder aquisitivo será janeiro/87. Fazemos, ainda, a hipótese de que os pagamentos foram feitos em dia.

Mês	Salário Nominal	IPC (FIBGE)	Salário Real	ICV DIEESE	Salário Real
Jan	100	100	100	100	100
Fev	100	113,94	87,77	113,11	88,41
Mar	120	130,34	92,07	127,16	94,37
Abr	144	157,66	91,34	158,13	91,06
Mai	172,8	194,26	88,95	197,56	87,47
Jun	207,36	244,88	84,68	243,54	85,14
Jul	207,36	252,35	82,17	277,73	74,66
Ago	207,36	268,40	77,40	296,85	69,85
Set	207,36	283,65	73,10	314,19	66,00
Out	207,36	(a) 312,02	66,46	(a) 345,61	60,00
Nov	207,36	(a) 343,22	60,42	(a) 380,17	54,54
Dez	207,36	(a) 377,54	54,92	(a) 418,19	49,59
Jan	207,36				

a) Hipótese sobre inflação: 10% ao mês

Usamos dois índices deflatores: IPC (FIBGE) e ICV (DIEESE). O objetivo foi mostrar que ambos têm uma evolução muito semelhante até junho, a partir de quando se distanciam crescentemente. A causa é a mudança na metodologia de cálculo do IPC, por ocasião do Plano Bresser, e



que representa o confisco de, aproximadamente, 10% do índice em vigor. Por isto, entendemos que o ICV-DIEESE é o índice mais adequado, visto não ter sofrido qualquer "reforma" na sua metodologia de cálculo.

**REAJUSTE JÁ :** Para recuperarmos o poder aquisitivo de jan/87, devemos reivindicar 66,7% a partir de 1º de outubro.

**REAJUSTE EM JANEIRO :** Se não tivermos qualquer reajuste até dezembro, a recuperação do poder aquisitivo de jan/87 implicará num índice de 118,3%, a partir de 1º de janeiro.

**SALÁRIO MÉDIO SEMESTRAL:** Na hipótese de reajuste apenas em 1º de janeiro, a tabela nos dá a seguinte relação entre os 2 semestres deste ano:

$$\frac{\text{salário médio real (2º semestre)}}{\text{salário médio real (1º semestre)}} = \frac{62,44}{91,08} = 68,6\%$$

Ou seja, se nada for feito, nosso poder aquisitivo médio, no 2º semestre, terá sido menos de 70% do mesmo, no 1º semestre.

Se quiséssemos manter o poder aquisitivo médio do 1º semestre, nosso salário real deveria ser mantido em 111,99 (em outubro, novembro e dezembro). Isto significa um reajuste já de 86,7%, corrigido mensalmente pelo índice da inflação.

#### A VERDADEIRA EQUIPARAÇÃO COM AS FEDERAIS

Segue, abaixo, a tabela de vencimentos dos professores das universidades federais, a partir de 1º de outubro. Como se vê, ainda estamos longe da equiparação. Mais ainda se considerarmos que o mestrado, para um grande número, dá acesso à faixa de professor adjunto, e não só de assistente.

TABELA SALARIAL DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS			
A PARTIR DE 1º OUTUBRO *			
	TP-20	TP-40	D.E.
TITULAR	34.146,95	68.293,83	95.611,41
ADJUNTO 4	27.317,56	54.635,06	76.489,13
ADJUNTO 3	26.266,89	52.533,71	73.547,24
ADJUNTO 2	25.256,63	50.513,19	70.718,50
ADJUNTO 1	24.285,21	48.570,38	67.998,56
ASSISTENTE 4	20.311,27	40.622,50	56.871,53
ASSISTENTE 3	19.530,06	39.060,10	54.684,16
ASSISTENTE 2	18.778,90	37.557,78	52.580,92
ASSISTENTE 1	18.056,63	36.113,25	50.558,58
AUX.ENSINO 4	14.274,02	28.548,03	39.967,25
AUX.ENSINO 3	13.725,02	27.450,03	38.430,05
AUX.ENSINO 2	13.197,13	26.394,26	36.951,97
AUX.ENSINO 1	12.689,55	25.379,10	35.530,74

\* URP : 7,68% mensais no trimestre setembro/novembro

OBS.: TITULAR E ADJUNTO - incluído 25% de incentivo correspondente ao título de Doutor

ASSISTENTE - incluído 15% de incentivo correspondente ao título de Mestre.

Apenas como amostra, um mestre com mais de 6 anos de exercício, tem salário de Cz\$ 56.871,53 nas federais (ASSISTENTE-4). Na UNICAMP, Cz\$ 41.618,00. A diferença é de 36,6% sobre nosso salário. Se o mesmo mestre for ADJUNTO-3 (muitos casos), o salário será Cz\$ 73.547,24 e a diferença, 76,7%.

Um doutor, com mais de 6 anos de exercício, está na categoria ADJUNTO-4, com salário de Cz\$ 76.489,13. Nosso MS-3, com Cz\$ 52.466,00. Diferença=45,8%.

**ESTAMOS, PORTANTO, MUITO LONGE DA VERDADEIRA EQUIPARAÇÃO !**



## SERÁ A ARRECAÇÃO DO ESTADO SUFICIENTE ?

Na Campanha Salarial passada, o governo estadual insistiu que a arrecadação do ICM não era sequer suficiente para cobrir os reajustes dos gatilhos. A realidade se encarregou de desmentir este fato. Mesmo sem divulgar os dados desta arrecadação desde julho (o que é injustificável), a Secretaria da Fazenda já admite que os gastos com pessoal não ultrapassarão 90% da arrecadação anual de ICM. Entretanto, outras considerações devem ser pesadas:

- a) Esse "comprometimento" de recursos com o funcionalismo não atrasou significativamente o pacote de obras que o governador vinha prometendo nem significou uma diminuição de gastos com propaganda pessoal. Muito pelo contrário.
- b) Como podemos ver pela proposta orçamentária de 1988, os recursos arrecadados pelo ICM (Cz\$ 440 bilhões de cruzados) representam apenas uma parte dos recursos totais (Cz\$ 720 bi). Talvez não na mesma proporção, mas o mesmo se aplica ao orçamento deste ano. Não se justifica, portanto, a alegação de que os reajustes salariais ao funcionalismo implicam em menos obras para a população.
- c) Historicamente, as arrecadações orçamentárias totais sempre foram muito superior à arrecadação exclusivamente pelo ICM. Até 1982, a diferença foi dada, na quase totalidade, pelo endividamento externo. De 82 até agora, por repasses do governo federal, como parte do clientelismo político, gerando fatia razoável do "déficit público" da União.
- d) Para hoje, como insistimos nas negociações do semestre passado, coloca-se uma ampla reforma tributária, que não apenas redistribua os percentuais da arrecadação atual. Além de aumentar a carga de impostos sobre o setor mais rico da população, acabar com os incentivos à especulação financeira e de outras espécies, e também acabar com os largos subsídios ao setor privado. O Estado de São Paulo teria muitíssimo a ganhar com o fim da isenção de ICM aos produtos exportados.

## O QUE NEGOCIAR ?

Como sabemos, nossa data-base é janeiro. Mesmo lançando uma Campanha Salarial neste momento, é importante adiantarmos uma possível negociação referente à data-base. Abaixo, alguns pontos que devem estar em pauta, além dos reajustes salariais:

- a) O Plano Bresser, em vigência, não prevê qualquer sistemática de reajustes para o funcionalismo estadual e municipal. Devemos discutir a edição de uma lei, nos moldes da 467/86, que garanta ao funcionalismo reposição automática das perdas com a inflação. A perspectiva deste fim de ano é a volta da aceleração inflacionária na casa dos dois dígitos.
- b) Com a volta dos empréstimos habitacionais, nada impede que o IPESP volte a financiar diretamente ao funcionário público na construção de sua casa própria. Afinal, cada funcionário contribui com 2% de seu salário mensalmente. O governador, que diz ser sua meta a construção de 400.000 casas, poderia destinar um reforço de verba ao IPESP para esse fim.
- c) O atendimento médico ao funcionalismo, via IAMSPE, é um desastre. A chamada unificação dos serviços de previdência e saúde, nos estados, poderia incluir uma modernização e ampliação, para o interior, dos serviços do IAMSPE. O atual responsável pelo setor é o Prof. JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI, ex-Reitor da UNICAMP. Não podemos esquecer que mensalmente contribuimos com 6% de nosso salário para essa finalidade.
- d) Para implantar os itens b) e c) acima, o governador poderia aproveitar decisão já aprovada na Comissão de Sistematização da Constituinte e abrir espaço nas direções do IPESP e IAMSPE para representantes dos usuários, no caso, o funcionalismo.



## O QUE FAZER?

A Diretoria da ADUNICAMP tem participado de todos os encaminhamentos conjuntos com o funcionalismo. Vale ressaltar o esforço de manter os avanços conseguidos na Assembléia Legislativa, junto aos deputados e as várias tentativas de abrir negociações com o Governo do Estado.

Nesta semana, tivemos uma vitória: após muita relutância, o governador Orestes Quêrcia concordou em receber a liderança do funcionalismo, o Grupo dos 19. Essa audiência será no dia 29/10, às 17:00 hs. Tendo em vista a possibilidade de uma resposta do governo às reivindicações encaminhadas, a diretoria da ADUNICAMP decidiu transferir a Assembléia Geral para dia 04/11, às 13:00 horas, na CB.10. Até lá, serão realizadas, conforme decisão do Conselho de Representantes, reuniões nas unidades para discussão de nossa situação salarial como preparação para a Assembléia.

O QUE FAZER? M O B I L I Z A R - S E.

## CALENDÁRIO DA CAMPANHA

- 29 DE OUTUBRO** : Audiência do Grupo dos 19 com o Governador Orestes Quêrcia.
- 30 DE OUTUBRO** : Reunião do Grupo dos 19 e Plenária de Funcionalismo.
- 04 DE NOVEMBRO** : ASSEMBLÉIA GERAL DA ADUNICAMP  
CB - 10 - 13:00 horas.
- 06 DE NOVEMBRO** : DIA DA PARALISAÇÃO DO FUNCIONALISMO.  
Assembléia Geral - 16:00 horas - Praça da Sé.